



Anais da Assembléia

N.º 56

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Aguiinaldo Pereira Lima.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 64/79

Curitiba, 23 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 22 de fevereiro de 1979, ao Convênio celebrado em 22 de setembro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA - Governador do Paraná

- Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 04/79, do Sr. Ernani Portes, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, no qual encaminha cópia do requerimento de autoria do Vereador Daniel Folle, no qual solicita gestões no sentido de interceder junto ao Ministério da Justiça, visando reativar o processo protocolado naquele Ministério sob

n.º 58507/76, o qual visa a emancipação política e administrativa do Distrito Administrativo e Judiciário de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel. - Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n.º 175/79, do Sr. Carlos Giacomazzi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no qual acusa o recebimento do requerimento aprovado por esta Casa, referente ao "Ano Nacional da Ecologia". - Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. Orlando Ferri, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Vivida, no qual solicita a este Poder encaminhar reivindicações às autoridades competentes que venham solucionar o problema gerado aos agricultores, pela proibição de venda de gasolina em quantidade inferior a 100 (cem) litros. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 0392/79, do Sr. Orgênio Rott, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, cumpre o dever de manifestar aos Senhores Parlamentares, o mais caloroso aplauso e irrestrita solidariedade pela corajosa posição que assumiram em defesa da execução imediata da Reforma Agrária. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo passamento do jovem RICARDO JÓRGE PEREIRA, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu progenitor, Senhor Otávio Pereira, à Rua Carlos de Campos, 70, Bairro Boa Vista.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM, seja consignado um voto de solidariedade aos estudantes brasileiros, pela realização, em Salvador-Ba, do XXXI Congresso da UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES, nos dias 20 e 30 deste mês, reorganizando assim, a UNE, que sempre teve participação ativa na vida da Universidade, bem como sempre se posicionou em defesa da soberania nacional, discutindo temas culturais, sociais, econômicos e políticos.

Requerem, também, seja enviado correspondência, comunicando o presente, ao DCE da Universidade Federal do Paraná, ao DCE da Universidade Católica do Paraná e ao DCE da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(aa) Nelson Friedrich, Waldyr Pugliesi,
Renato Bernardi, Darcy Deitos,
Nestor Baptista e Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Cumpr-me encaminhar a Vossa Excelência, relação de nomes dos Srs. Deputados indicados para comporem as diversas comissões, que seguem:

1) - Comissão Especial para estudo de limites Paraná-São Paulo: Deputados Dácio Leonel, Jurandir Messias e Quielse Crisóstomo.

2) -- Comissão Especial para analisar a Lei da Greve e as modificações a serem introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho: Deputados Gilberto Carvalho, Ezequias Losso e Lázaro Dumont; e,

3) -- Comissão Especial de Reforma à Constituição: Deputados Paulo Camargo, Renato Bueno e Gilberto Carvalho.

Colho do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, solicitando as seguintes informações sobre a aquisição, por parte do Governo do Estado do Paraná, de imóvel situado no Centro Cívico, e que pertencia à Companhia Estearina Paranaense:

1. Qual o preço total da aquisição do imóvel situado no Centro Cívico, autorizado pelo Despacho n.º 11256/76, do Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior?

2. Qual a área pertencente ao Estado antes da aquisição da Companhia Estearina Paranaense, onde está situado o Edifício Castelo Branco, quando foi adquirido, e por quanto? Qual a forma daquele pagamento?

3. Qual o valor total ou das parcelas pagas até o presente momento à Companhia Estearina do Paraná?

4. Qual o saldo devedor, se houver, e forma de pagamento?

5. De que maneira foi formalizada essa transação?

6. Qual a área e limites desse imóvel?

7. Quais as benfeitorias que abrange?

8. Qual o prazo dado no contrato primitivo para a Companhia Estearina Paranaense desocupar totalmente o imóvel?

9. Qual a destinação prevista para essa área?

10. Qual o critério adotado para a avaliação do imóvel?

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial de 06 de janeiro de 1977, publicou despacho do Governador do Estado, autorizando a compra de uma área de terras (sem especificar detalhes), situado no Centro Cívico, pela elevada quantia de Cr\$ 26.476.677,00 (vinte seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e seiscentos e setenta e sete cruzeiros).

Os jornais da época comentaram que a transação teria sido procedida sem que se declarasse o imóvel de utilidade pública ou fosse o mesmo desapropriado.

Hoje, fala-se muito no aproveitamento da "Estearina" para diversos fins, inclusive por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Todavia, aquela indústria, que já prestou inestimáveis contribuições ao Estado, continua a funcionar normalmente, como se nada estivesse concretizado.

O fato é que, hoje, ela se encontra no ponto geométrico do Centro Cívico, e não se conhece nada mais poluente no pleno coração da Capital paranaense, do que o mau cheiro que dali exala continuamente.

Já é hora portanto, de sabermos o que está ocorrendo em relação a essa tão comentada aquisição de imóvel, por preço que se eleva a vários bilhões de cruzeiros antigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para endossar pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças do Estado, no sentido de que determine providências para reajustar a Pauta do ICM incidente sobre a suinocultura, tendo em vista a existência de deságio considerável entre o preço de pauta e o preço real.

Que, da decisão, comunique-se aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Finanças dos vizinhos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Embora não se possa discutir a validade da fixação de pauta para o recolhimento do ICM incidente na comercialização do suíno, o fato é que a grande diferença entre os limites estabelecidos e aqueles verificados pela realidade do comércio, exigem uma imediata revisão.

Ora, a fixação de uma pauta em torno de Cr\$ 627,20 o quilo, para a Região Sudoeste do Paraná, é totalmente infundada, eis que os preços "dia" não têm em média ultrapassado a cifra de Cr\$ 15,00 ao quilo. Note-se que a diferença real de doze cruzeiros a mais no preço de pauta, correspondente a um acréscimo de mais de 90%, que em termos práticos significa verdadeira BITRIBUTAÇÃO.

Visa pois o requerimento, acionar a máquina burocrática dos Estados interessados, para que se possibilite, com a urgência necessária, o reajuste imperioso e, também, para que demonstre-se com isso, estar o Governo interessado na suinocultura e não simplesmente usufruir tributos que não condizem, nem com a realidade fáctica do comércio.

A oportunidade do pedido é baseada na cláusula quarta do convênio firmado entre os Estados signatários, porquanto nos índices deverão ser fixados no próximo dia 5 (cinco) de junho, daí porque justificar-se a comunicação da decisão do Plenário aos Secretários de Finanças dos Estados Sulinos, diretamente interessados nesta problemática.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o Distrito Administrativo e Judiciário de Missal ao Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de ser o Distrito Administrativo e Judiciário de Missal, o mais progressista do Município de Medianeira, tendo inclusive pleiteado sua emancipação política e administrativa. Conta aproximadamente com 25 mil habitantes, seu colégio eleitoral é atualmente 6 mil eleitores.

Com o alargamento de vasta região pelas águas, em decorrência do represamento de Itaipu, Missal ficará geograficamente situada sob um aspecto peculiar, pois a sua ligação rodoviária com os demais quadrantes do município será possível unicamente por uma rodovia de ligação obrigatória com a sede municipal. Considerando o aspecto peninsular em que o Missal se situará, e considerando a importância que esta rodovia Missal-Medianeira irá adquirir, fundamentamos o nosso pedido que objetiva o asfaltamento da rodovia em questão numa extensão de 30 km. Além disso, justifica-se o pedido se considerarmos a pujança agrícola de Missal e o seu poderio econômico, tornando-se o asfalto um dos contribuintes da afirmação econômica e administrativa do distrito.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 71/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o DIRETÓRIO ACADÊMICO "OCTAVIO MAZZIOTTI", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, além de prestar relevantes serviços aos seus associados na assistência efetiva, aos estudantes comprovadamente desprovidos de recursos, mantém intercâmbio e colabora com outras congêneres, não distinguindo raça, cor, sexo, religião ou credo político.

Entendemos, portanto, que referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos ilustres Pares, esperando, desta forma, o seu apoio e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrevi-me para encaminhar um requerimento, nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, de voto de congratulações e aplausos ao jornal "Correio de Notícias", pela passagem, no último dia 26 do corrente mês, do segundo ano de sua fundação.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Tal voto representa nossa homenagem aos funcionários e à direção deste conceituado periódico, que através de suas páginas, diariamente, tem levado aos Poderes Públicos as reivindicações do povo curitibano, não poupando esforços no sentido de defender nosso patrimônio histórico, cultural e ecológico.

Da decisão do Plenário, solicito seja dada ciência à direção do mesmo".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo fazer dois registros que muito nos tocam e que estão ligados a dois eventos importantes para a comunicação social do Paraná: o segundo ano de existência do jornal "Correio de Notícias" e o 23.º ano de fundação do semanário católico "Voz do Paraná".

São dois órgãos da imprensa paranaense com circulação regular, e cujas linhas editoriais têm sido, sem dúvida alguma, um fato importante para a boa informação dos leitores do nosso Estado.

"O Correio de Notícias" circulando diariamente, e "Voz do Paraná", jornal de linha editorial católica, circulando semanalmente, ambos oferecendo, na verdade, uma grande colaboração.

Gostaria de, neste instante, ao destacar a importância desses dois órgãos de comunicação, mais uma vez, colocar em relevo a importância que desempenha uma imprensa livre, e a autoridade que têm os jornais ora homenageados.

A crise energética presente, é de todos sabida, está provo-

cando abalos na economia mundial. O Brasil, como País em desenvolvimento, está se ressentindo muito com a crise do petróleo. Em vários Estados, existe a preocupação de buscar substitutos para a gasolina e no Paraná esforços nesse sentido vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria da Administração. Assim, o Paraná foi o pioneiro na inauguração do posto de álcool hidratado, que hoje já serve mais de 200 veículos da frota oficial. Num prazo de cinco anos, toda a frota, atualmente composta por 5.400 veículos, estará em condições de utilizar o álcool hidratado como combustível.

Na semana passada, em reunião com o Governador Ney Braga, o Secretário Wilson Deconto explanou a respeito das diretrizes da Secretaria da Administração e destacou a redução do consumo de derivados de petróleo, com a substituição da gasolina por álcool, redimensionamento da frota de veículos, pesquisas e experimentos para a redução do consumo dos veículos auto-motores.

A preocupação com o consumo de gasolina não é recente. Já no ano passado, empresas de Economia Mista passaram a se utilizar de veículos movidos a álcool e os resultados foram os melhores possíveis. Na COPEL, por exemplo, onde existem 110 veículos movidos a álcool, foram economizados 236.127 litros de gasolina que, em dinheiro, correspondem a um milhão e seiscentos mil cruzeiros, permitindo sensível economia aos cofres públicos.

Numa rápida análise das vantagens da utilização do álcool como combustível, vale destacar que embora o consumo seja 30% maior do que da gasolina, o seu preço é 40% inferior. O álcool permite ainda um aumento de 5% na capacidade dos motores. E é preciso destacar a importância do seu uso como forma de estímulo à indústria e emprego da mão-de-obra, cada indústria deve produzir, diariamente, 120 mil litros, o que representa a criação de oitenta empregos diretos e trezentos indiretos, na lavoura.

Finalmente, registro que, noutra iniciativa pioneira, chegou ontem a Brasília, um Volkswagen movido a álcool, que ficará à disposição do Escritório do Paraná no Distrito Federal, atitude que deverá logo ser seguida por outros Estados. Assim, manifestamos o nosso apoio a este trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Administração, no sentido de reduzir o consumo de petróleo. Ao mesmo tempo, presto homenagem a todos os técnicos, aos pesquisadores, aos cientistas paranaenses que tanto têm feito para que seja encontrado o substituto ideal para a gasolina.

E neste particular, Sr. Presidente, Srs. Deputados, julgo importante destacar o papel extraordinário que os cientistas do Paraná vêm oferecendo ao Brasil inteiro, e o faço na pessoa do professor Metry Bacila, uma das figuras exponenciais da pesquisa e da cultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Encerrada à Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, inscrito. — (Ausente). —

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.
O SR. ADALBERTO DAROS - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito. - (Ausente). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho, inscrito. Declina. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente.

Solicito que faça nova inscrição no livro de registro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - V. Ex.^a terá que fazer nova inscrição no livro de registro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, inscrito. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nêlton Friedrich, inscrito. Declina.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Tenho para mim que o homem, "criado à imagem e semelhança de Deus" está em permanente conflito íntimo, na constante luta entre as limitações que lhe são inerentes no campo material e o incomensurável de sua imaginação, de seus ideais e de seus sonhos.

Neste contexto cabe enfocar e é interessante observar, mesmo porque a história registra, uma espécie de inconformismo do homem, dentre muitas coisas, por ter que levar uma vida terrena. Daí o fascínio pelo espaço sideral desde os sonhos de Ícaro, Leonardo da Vinci, Júlio Verne, Santos Dumont e tantos outros até a realidade de hoje com as naves espaciais.

Poder-se-ia estabelecer, até porque o momento histórico que vivemos o permite, um vínculo entre estas considerações e a liberdade. Recordo-me que nos idos de 1945 e de 1946, quando atuávamos na política universitária, uma grande figura de brasileiro ligada a essas minhas reflexões, exerceu um papel preponderante na redemocratização do País, fazendo sua pregação cívica de que "o preço da liberdade é a eterna vigilância" e se impunha "uma nova era em que os ricos fossem menos poderosos e os pobres menos sofrendores" e que até hoje ainda está servindo de exemplo para muitos homens públicos atuantes no cenário político nacional. Refiro-me ao Brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da Aeronáutica.

Na atual conjuntura muitos eminentes brasileiros estão desempenhando relevantes serviços aos ideais democráticos e nesta oportunidade quero destacar e enaltecer o ilustre Brigadeiro Délio Jardim de Mattos que com os mesmos ideais de Eduardo Gomes, vem desenvolvendo um grande trabalho para a consecução dos objetivos comuns da nacionalidade, a democratização do País.

A Nação brasileira se defronta, em circunstâncias muito especiais, com o desafio dos princípios que poderão garantir a seus cidadãos a fundamental liberdade individual, assegurar-lhes

a indispensável soberania na interação do corpo social e oferecer-lhes oportunidades concretas de efetiva prosperidade, vale dizer, que o Brasil vive um momento histórico decisivo, que certamente jamais se repetirá nas mesmas condições e que através de suas lideranças autênticas marcarão o seu futuro previsível.

O Brigadeiro Délio Jardim de Mattos que viveu muitos anos no nosso Estado e aqui deixou um vasto círculo de amizades, dentro dos limites de sua competência, esta, por assim dizer, se antecipando à própria anistia, ao reabrir as bases do Ministério da Aeronáutica para os Oficiais cassados pela Revolução de 1964, revogando Portarias, inclusive a que proibia militares cassados da Força Aérea Brasileira de trabalharem na Aeronáutica Civil. Ex-Ministro do Superior Tribunal Militar e colega de turma do Presidente João Figueiredo, se notabilizou pela desenvoltura com que tratava os casos delicados em São Paulo, onde suas idéias liberais tranquilizavam e serenavam os ânimos exaltados. Tais posições, fruto de um conciliador político experiente que através de palavras e atitudes, mostram que o Governo está de braços abertos e no firme propósito de acabar de uma vez por todas com quaisquer revanchismos ou mal estar que ainda possam existir.

Amigo do Paraná, o atual Ministro da Aeronáutica, se notabiliza com idéias e posições claras e cresce na admiração dos brasileiros conscientes que querem dias melhores para a Nação brasileira. Dos dias do seu comando na Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda em Curitiba, até ocupar o Ministério em Brasília, o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos tem correspondido às expectativas de seus amigos e admiradores paranaenses, em seu desempenho firme e imparcial como integrante do corpo de Magistrados da Suprema Corte Militar, ao assumir a posição ímpar de ser um dos precursores da Anistia que haverá de atingir em breve todos os segmentos da sociedade Brasileira."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). - Consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário. - (Pausa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Tendo declinado, consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. - (Pausa).

O SR. NESTOR BAPTISTA - O Deputado Nêlton Friedrich usará da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nêlton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mantendo contato, neste fim de semana, no Oeste do Paraná, tivemos a oportunidade de ouvir um relato de membros das Câmaras de Vereadores daquela região, que estiveram em Manaus no recente encontro realizado sobre o municipalismo brasileiro.

E nós queremos aproveitar esta oportunidade para trazer um relato breve da presença especialmente do Oeste do Paraná, pois as Câmaras de Vereadores daquela região, representadas por diversos edis, pontificaram neste acontecimento de âmbito nacional, particularmente o Município de Toledo, através da Câmara Municipal, nas presenças dos Vereadores Luiz Fritzen, Ivo Pedrini e Vilmo Barcelos Marcondes, apresentaram uma proposição das mais debatidas, discutidas e que, por certo, levaram a Manaus o anseio de toda a população brasileira, e por diversas razões, que no decorrer deste pronunciamento haveremos de dizer: - Essa proposição acabou sendo retirada numa manifestação de protesto, ao tumulto que se seguiu aos encaminhamentos do debate do assunto e votação respectiva.

Tratava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma proposição dos Vereadores de Toledo, para que este encontro municipalista de âmbito nacional, se posicionasse radicalmente contra a prorrogação de mandatos. E desde a proposição encaminhada, na primeira e segunda hora de votação, tivemos os de-

bates mais acalorados, daquele encontro, segundo o depoimento desses vereadores e de outras pessoas que lá estiveram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sentimos hoje, a presença dos nossos vereadores, que estão realmente preocupados em fazer a democracia e não esperar que ela venha como uma dádiva dos que estão no Poder. E através de Proposições desta espécie, que criou acirrados debates, que levaram horas e horas de entrecosques de idéias, em que muitos daqueles que pretendiam a bionicidade simples da prorrogação, se posicionaram a favor desta mesma prorrogação. Mas nós, antes de analisarmos este documento, queremos dizer. Sr. Presidente, que entendemos a prorrogação de mandato de prefeito, de vereadores ou qualquer espécie de prorrogação de mandato, significa antes de tudo, um comportamento anti-ético, porque a ética política está a indicar que o prefeito municipal, que foi eleito, pelo período de quatro anos, recebeu, efetivamente, através do veredito das urnas, através da sentença popular, apenas e tão somente o direito de acompanhar a vida administrativa, de dirigir os destinos de uma comunidade, pelo período de 4 anos. Toda a prorrogação, portanto, é contra a ética política, contra o próprio costume parlamentar, além de ferir os princípios basilares da democracia.

Faço, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a leitura da proposição mais debatida e que mais problemas criou neste congresso, no 3.º Encontro Nacional de Integração Municipalista, em Manaus.

Diz a Proposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A representação da Câmara Municipal de Vereadores de Toledo, no Estado do Paraná, ao III ENCONTRO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO MUNICIPALISTA, por seus membros infra-assinados.

Considerando o que estabelece o § 1.º do artigo 1.º da Constituição Federal do Brasil:

"Todo o poder emana do povo e em nome seu é exercido";

Considerando que o princípio da soberania popular é inalienável, numa sociedade democrática;

Considerando que a autonomia dos Municípios, assegurada pelo artigo 15 da Constituição Federal, pressupõe que o povo se manifeste, de quatro em quatro anos, sobre a escolha de seus prefeitos e vereadores;

Considerando que a tese da coincidência de mandatos não conduz necessariamente à prorrogação dos mandatos dos atuais dirigentes municipais, podendo as próximas eleições ser por 6 (seis) anos;

Considerando que toda a lei deve basear-se na legitimidade e esta só é assegurada quando respeita o princípio constitucional da soberania popular;

Considerando que o povo brasileiro se levanta unido em favor da volta à normalidade democrática;

Considerando que, imposta a imoral prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores estão concordando com o deslize da soberania popular, desde que se mantenham no poder;

Considerando, enfim e sobretudo, que a democracia tem como fundamento -- o primado da participação do povo nas decisões nacionais:

PROPÕE aos participantes do III Encontro Nacional de Integração Municipalista, o que segue.

Seja tomada uma posição firme deste Plenário, constituído de representantes legitimamente eleitos pelo povo, contra a tentativa de prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, que terão seus mandatos encerrados em janeiro de 1981.

Sala das Sessões do III ENIM, em Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 23 de maio de 1979.

Assinam:

Vereador Luiz Fritzen - ARENA, Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Vereador Ivo Roque Pedrini - MDB e Vereador Vilmo

Barcelos Marcondes - MDB."

Fez-se, então, através de Toledo, uma frente democrática, incluindo o Presidente da Câmara, que é do Partido oficialista, mas de uma mentalidade arejada, ética e democrática, que também subscreveu esta proposição, que, depois de dois dias em que esteve na Ordem do Dia dos debates daquele conclave, acabou sendo retirada, numa manifestação de protesto, na última quinta-feira, dado o tumulto e, principalmente, a covardia de muitos dos que pretendem se assenhorar de um mandato que não é legítimo, porque é prorrogado, através da bionicidade instalada oficialmente no País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste instante em que nós usamos a tribuna, também queremos fazer referência a presença de outras Câmaras de Vereadores de todo o Oeste do Paraná, como a de Cascavel, que teve no Vereador Otacílio Ribeiro da Silva, a Presidência da Comissão de Redação da Carta de Manaus, com participação vigilante e de extremos resultados.

E gostaríamos, neste instante, Sr. Presidente, fazer uma pálida leitura, no tempo que ainda dispomos, sobre esta Carta de Manaus:

(Lê): "O III Encontro Nacional de Integração Municipalista, tendo feito incluir na pauta dos trabalhos, assuntos como "Prorrogação dos Mandatos de Prefeitos e Vereadores", "Imunidade Parlamentar aos Vereadores", "Ecologia e Municipalismo", "Integração Municipalista", "Urbanismo e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", "Democracia e Justiça Social", "Realidade Brasileira", "Partidos Políticos", "Voto Distrital", "Contratos Administrativos", "Ação do Governo Municipal" e "Amazônia no Contexto Nacional", proclamaram uma série de reivindicações, exigências e determinações, que nós gostaríamos que também os Deputados que estiveram lá, Deputados aqui da Assembléia Legislativa do Estado se reportassem a esse assunto, e que nós viemos aqui especialmente para fazer referência à presença histórica do nosso Município de Toledo, através de uma proposição e de um comportamento democrático legítimo e altamente popular, trazendo a voz do povo, trazendo a voz do Parlamento, que é contra a prorrogação imoral e falta de ética até, de aceitar-se cargos não através do veredito popular, não através das urnas, principalmente no caso específico, de Prefeitos e Vereadores que, eleitos pelo povo, agora estariam aí, aceitando um cargo biónico de uma prorrogação que não podemos aceitar, e aí vai o protesto."

Porisso, Sr. Presidente, nós nos congratulamos com o Presidente da Câmara de Vereadores de Toledo, da ARENA, e dos outros dois Vereadores que compuseram a representatividade daquele Município e de outros da região, porque tiveram a coragem, a ombridade, a dignidade democrática de levar a Manaus, esta reivindicação extremamente importante no atual quadro da política brasileira, manifestamente contrários à prorrogação de mandatos.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que represemos Toledo, originários daquele Município do Oeste, nós sentimos congratulados por esse trabalho daqueles edís, que tiveram, como disse, essa honrabilidade democrática, de levar nesse congresso, em que pese a manifestação contrária de muitos daqueles vereadores e prefeitos que pretendem a continuidade, a posição contrária e mais este casuísmo, mas, assim mesmo, pontificou esta proposição, porque foi a mais debatida, a mais questionada, a mais tumultuada, e que deu, efetivamente, uma nova qualificação a esse III Encontro Nacional de Integração Municipalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. -- (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado

Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando nomes dos Senhores Deputados para comporem as diversas Comissões Especiais. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família, com sede e foro na cidade de Reserva. Parecer favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 30/79, que objetiva consolidar a legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 16/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica consolidada, nesta lei, a legislação atinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Os cargos do Quadro referido no artigo anterior passam a ter a quantidade, a classificação, as denominações, os padrões, a simbologia e as referências de vencimentos das tabelas anexas, as quais são consideradas parte integrante desta lei.

§ 1.º — Os cargos constantes da Tabela I são de provimento em comissão e serão preenchidos na forma da lei.

§ 2.º — Os cargos constantes das Tabelas II, III e IV, são de provimento efetivo e serão preenchidos na classe inicial, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 3.º — O provimento dos cargos constantes desta lei será feito pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — As funções gratificadas são as constantes da Tabela V, correspondendo à simbologia nela relacionada.

Art. 5.º — A gratificação de representação prevista no art. 172, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6174, de 16.11.1970, poderá ser aplicável aos servidores em exercício nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral, obedecidos o número e valores fixados por decreto do Governador.

Art. 6.º — Estende-se, no que couber, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada a legislação atinente ao Código de Organização e Divisão Judiciárias e Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Art. 7.º — A estrutura administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Alçada assim como as atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos constantes desta lei, serão especificadas

em regulamento editado por ato da Presidência.

Art. 8.º — Os cargos de Diretor Secretário, Assessor de Recursos e Assessor Judiciário são privativos de bacharel em Direito, de comprovada experiência e reputação ilibada.

Art. 9.º — Os cargos de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo e de Contador, são privativos, respectivamente, de Bacharéis em Direito, Administração Pública e Ciências Contábeis, portadores de diploma devidamente registrado.

Art. 10 — O cargo de Bibliotecário é privativo de diplomado em Biblioteconomia.

Art. 11 — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis 6.569, de 25-06-74; 6.593, de 15-08-74, 6.641, de 04-12-74 e 6.787, de 31-05-75, é aplicável aos cargos constantes da Tabela II.

Art. 12 — A carreira de Oficial Judiciário tem seu início no nível TA-19 e a ela terão acesso, pelo critério de merecimento e antiguidade, alternadamente, os ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário nível TA-18, respeitados os requisitos estabelecidos no Regulamento de que trata o art. 7.º, desta Lei.

Art. 13 — Aplica-se no Tribunal de Alçada no que couber, o disposto nas Tabelas I e II da Lei Estadual n.º 6.149, de 09 de setembro de 1970.

Art. 14 — Como consequência das modificações introduzidas por esta Lei, ficam criados no Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada, os seguintes cargos:

I — EM COMISSÃO

1 — Oficial de Gabinete da Vice-Presidência 3-C.

II — DE CARREIRA

3 — Assistente Jurídico nível TA-30.

3 — Assistente Jurídico nível TA-29

4 — Assistente Jurídico nível TA-28

1 — Bibliotecário nível TA-27

2 — Oficial Judiciário nível TA-27

2 — Oficial Judiciário nível TA-25

1 — Oficial Judiciário nível TA-24

1 — Auxiliar Judiciário nível TA-16

1 — Datilógrafo nível TA-15

2 — Datilógrafo nível TA-14

2 — Servente nível TA-13

2 — Servente nível TA-12

1 — Servente nível TA-11

1 — Copeiro nível TA-14

1 — Copeiro nível TA-12

1 — Operador de Computador nível TA-24.

Art. 15 — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO

Observação: Os anexos I, II, III, IV e V, vide à página seguinte.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 16/79

O projeto em pauta, de autoria do Poder Executivo não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, motivo pelo qual opinamos por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 16/79

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 30/79, visa o presente projeto de lei, conso-

TABELA I
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
GRUPO OCUPACIONAL DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
1	Diretor Secretário	2-C	1	Diretor Secretário	DAS-3
1	Chefe de Gabinete da Presidência	2-C	1	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-5
5	Assessor Judiciário	2-C	5	Assessor Judiciário	DAS-5
1	Assessor de Recursos	2-C	1	Assessor de Recursos	DAS-5
2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C	2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
			1	Oficial de Gabinete da Vice-Presidência	3-C
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	6-C	1	Oficial de Gabinete da Secretaria	3-C

TABELA II
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
GRUPO OCUPACIONAL DE ACESSORAMENTO SUPERIOR
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
			3	Assistente Jurídico	TA-30
			3	Assistente Jurídico	TA-29
			4	Assistente Jurídico	TA-28
1	Assistente Técnico Administrativo	TA-28	1	Assistente Técnico Administrativo	TA-30
1	Contador	TA-28	1	Contador	TA-28
			1	Bibliotecário	TA-27

TABELA III
ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO
GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Assessor Administrativo	PJ-27	3	Oficial Judiciário	TA-27
2	Assessor Administrativo	PJ-26	2	Oficial Judiciário	TA-26
			2	Oficial Judiciário	TA-25
1	Assessor Administrativo	PJ-24	2	Oficial Judiciário	TA-24
2	Oficial Judiciário	TA-23	2	Oficial Judiciário	TA-23
2	Oficial Judiciário	TA-22	2	Oficial Judiciário	TA-22
2	Oficial Judiciário	TA-21	2	Oficial Judiciário	TA-21
2	Oficial Judiciário	TA-20	2	Oficial Judiciário	TA-20
3	Oficial Judiciário	TA-19	3	Oficial Judiciário	TA-19
3	Auxiliar Judiciário	TA-18	3	Auxiliar Judiciário	TA-18
3	Auxiliar Judiciário	TA-17	3	Auxiliar Judiciário	TA-17
3	Auxiliar Judiciário	TA-16	4	Auxiliar Judiciário	TA-16
2	Datilógrafo	TA-16	2	Datilógrafo	TA-16
3	Datilógrafo	TA-15	4	Datilógrafo	TA-15
3	Datilógrafo	TA-14	5	Datilógrafo	TA-14
			1	Operador de Computador	TA-24

TABELA IV
ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO
GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS

SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Motorista	TA-16	1	Motorista	TA-17
2	Motorista	TA-15	2	Motorista	TA-16
3	Motorista	TA-14	3	Motorista	TA-15
			1	Copeiro	TA-14
1	Copeiro	TA-13	1	Copeiro	TA-13
1	Copeiro	TA-12	2	Copeiro	TA-12
1	Servente	TA-13	3	Servente	TA-13
1	Servente	TA-12	3	Servente	TA-12
2	Servente	TA-11	3	Servente	TA-11

TABELA V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Chefe de Divisão	2-F
Chefe de Seção	3-F
Chefe de Serviço	4-F
Oficial de Justiça	5-F
Auxiliar de Sessões	7-F

lidar a Legislação pertinente ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, introduzindo, no referido Quadro alterações julgadas necessárias.

Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1979.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

JOSÉ TAVARES, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 16/79

P A R E C E R

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 30/79, visa o presente projeto de lei consolidar a Legislação pertinente ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, introduzindo, no referido quadro as alterações julgadas necessárias.

Depois de analisar o aspecto legal e constitucional da matéria, a dunta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem opinar favoravelmente.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, entendemos não haver qualquer obstáculo para sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

1a. DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 31/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 31/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam criados no Município de Matelândia, os Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante do Oeste, com sede nas localidades do mesmo nome com divisas e confrontações seguintes:

I DISTRITO ADMINISTRATIVO DE RAMILÂNDIA:

Com a localidade de Diamante do Oeste: começa na foz do Rio Roselito, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul águas acima até a foz do Rio Santa Inêz, pelo qual segue águas acima até onde recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação. Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inêz, onde este, pela sua margem direita recebe um afluente sem denominação, seguindo-se em linha reta até a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se de Céu Azul e Matelândia e a localidade de Ramilândia.

Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: começa na margem esquerda do Rio Xaxim, divisa da localidade de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo-se em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda, na defrontação das cabeceiras, do Rio São Vicente, donde em reta, por uma linha seca no sentido Norte alcança a foz do Rio Roselito onde teve o ponto de partida.

II- DISTRITO DE DIAMANTE DO OESTE:

Com os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inêz, onde recebe em sua margem direita um afluente não denominado, daí seguindo em reta e seca até o Rio Barra Funda abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso - Barra Norte.

Com o Município de Toledo: começa na foz do Rio Barra Funda seguindo-se pelo Rio São Francisco - Braço Norte, águas abaixo até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú.

Com o Município de Santa Helena: comena na foz do Córrego Apepú, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Norte águas abaixo até sua junção com o Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se daí por este, águas acima até a foz do Rio Roselito ao Norte da Vila São Francisco.

Com a localidade de Ramilândia: começa na foz do Rio Roselito seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul, águas acima até a foz do Rio Santa Inêz, e pelo qual segue-se águas acima até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Matelândia, vem sofrendo nos últimos anos um surto desenvolvimentista dos mais acentuados. Em todos os setores das suas atividades vem se ressentindo de maiores atenções do Poder Público Municipal.

Visando atender e amparar esse desenvolvimento a própria Câmara Municipal criou os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, através da Lei Municipal n.º 172/73, a fim de que o seu progresso pudesse merecer melhores atenções.

A documentação que anexamos ao projeto, comprova as exigências previstas no Art. 9.º da Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei, atendendo as justas reivindicações da laboriosa população daquelas localidades, que muito tem contribuído com o seu trabalho para o progresso e o crescimento daquela rica região de nosso Estado e conseqüentemente para a grandeza de nosso País.

É de se salientar que o setor da agricultura, além dos demais setores quer econômico, cultural e social das localidades de Ramilândia e Diamante do Oeste estão a exigir as maiores atenções por parte do Poder Municipal que, somente, através da legalização estadual poderá ser alcançada a fim de sustentar e impulsionar aquele crescimento.

Nestas condições é que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 31/79

P A R E C E R

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Tercio Albuquerque foi, a pedido deste relator, convertido em diligência, para que fosse anexada a indispensável representação do Sr. Prefeito Municipal, devidamente aprovada pelo voto de 2/3 dos representantes municipais, nos termos do estabelecido no Art. 9.º, da Lei Orgânica dos Municípios.

Cumprida esta formalidade, não havendo qualquer outro óbice de natureza constitucional ou legal que se possa antepor ao projeto, somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que eleva para 15 (quinze) o número de cadeiras da Câmara Municipal de Foz do

Iguaçu, para a próxima Legislatura. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 44/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Município de Foz do Iguaçu, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal conforme dados estatísticos fornecidos pelo T.R.E. e de acordo com proporção e número estabelecidos através do citado art. 28.

O ofício n.º 44/79, datado de 18 de abril do corrente ano, que recebemos da Presidência da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, juntamente com a certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, dizem da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 44/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, o presente projeto de lei tem por finalidade elevar o número de cadeiras da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, conforme específica, a vigorar para a próxima legislatura.

Considerando-se o processo, bem como a documentação que o acompanha, temos que de acordo com a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios) a matéria está em condições de merecer a aprovação por esta Casa, não havendo qualquer óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua Aprovação.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 62/79, Veto Parcial, aposto ao Projeto de Lei n.º 12/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 19/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.— Encerrada a discussão. Em votação.— Aprovado o veto, rejeitado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constando expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ricardo Jorge Pereira, ocorrido nesta Capital. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que determine providências para reajustar a Pauta do ICM incidente sobre a suinocultura.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o asfaltamento da estrada que liga o Distrito Administrativo e Judiciário de Misal ao Município de Medianeira.— Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a aquisição, por parte do Governo do Estado, de imóvel que pertencia à Companhia Estearina Paranaense.— Rejeitado.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

(É procedida a verificação de votação).

9 Srs. Deputados o aprovam; 15 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich, Waldyr Pugliese, Renato Bernardi, Darcy Deitos, Nestor Baptista e Fiori Luiz, solicitando voto de solidariedade aos estudantes brasileiros pela realização, em Salvador-Ba. do XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações e aplausos ao jornal "Correio de Notícias", pela passagem do 2.º ano de sua fundação.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Direção Geral do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando instalação de agência no Distrito de Diamante, Município de Matelândia.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 31 e 44/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 65/79.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
1.^a SESSÃO LEGISLATIVA – 9.^a LEGISLATURA
ATA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho e Jurandir Messias. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, tendo sido relatado pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 63/79, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 59/79,

objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de Cultura e Esportes amador, e dá outras providências. Parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) WILSON FORTES
Presidente
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS
Secretário